

## **A DISSEMINAÇÃO DA PEDAGOGIA MODERNA POR RUI BARBOSA.**

Mariângela Dias Santos (Universidade Tiradentes), mariangela.dias@uol.com.br. Rui Barbosa, Pedagogia Moderna, Lições de Coisas.

Durante os séculos XVI, XVII e XVIII a sociedade começaria os processos de mudanças culturais (científicas), sócio-econômicas e políticas significativas, que permitiram rupturas com o absolutismo da Igreja católica e modo de produção e de organização sócio-econômica agrário-feudal. O Pensamento Pedagógico Moderno foi sendo estruturado num contexto de transformações sob diferentes dimensões da vida social. Logo, estariam lançadas as primeiras ideias culturais e científicas que comporiam um conjunto de instituições de socialização e de produção do conhecimento que nos acostumamos a compreender como estruturas do mundo moderno.

Desse modo, este trabalho apresenta as raízes/relações históricossociais do pensamento pedagógico moderno no Brasil. A história das ideias pedagógicas associa-se à ideia de progresso pela via da educação como fator de desenvolvimento social, que se daria pela inclusão dos indivíduos, obviamente respeitando um sistema de hierarquização nos processos de produção capitalista, (industrialização). A racionalização das estruturas (instituições burocráticas) dependia da disseminação de ideias que consolidariam um imaginário coletivo de progresso pelo avanço técnico-científico. (ANDERSON, 2008).

A respeito da organização educacional no século XIX é salutar mencionar que a Escola Nova no Brasil (defendida por Anísio Teixeira) teve muita influência de John Dewey (1859-1952), que fora um educador e filósofo americano motivado pelo movimento de renovação da educação. Ele teve inspirações nas ideias de Rousseau, por exemplo. No entendimento de Dewey a escola não é uma preparação para a vida social e produtiva, é a própria vida, é o resultado da interação entre a vida do indivíduo e a experiência de estar vivendo.

Assim, por meio da historiografia educacional brasileira será possível incutir que ao final do século XIX a escola é revestida como signo de civilização e progresso. Influenciados pelos ideais iluministas, os intelectuais da educação acredita no poder redentor da instrução pública. Mas a conformação da escola também esteve assessorada pela crença nos dogmas da ciência e, por isso, a reconfiguração das práticas, dos princípios curriculares e do papel do professor que gerenciava o novo modelo de

educação. Era necessário estabelecer uma nova Pedagogia, de organização, regulamentação, de modo a uniformizar o ensino antes ministrado nas casa dos mestres.

Os ideias disseminados pelos intelectuais da República associaram a ordem republicana o modelo de um Brasil moderno. Não diferente, as várias estratégias de edificação desse recente ordenamento político cultural nacional, implantar uma compreensão modernizante libertaria o País dos resquícios coloniais. Dessa maneira, a escola foi pensada como um espaço social próprio para a apreensão dessas ideias. (CARVALHO, 1998).

Adequar a realidade educacional a modernidade seria, enfim, civilizar a sociedade. Sobre esse contexto, Herschmann e Pererira (1994) explicam que modernidade, moderno e modernização são categorias específicas que vão ocupando amplo espaço no campo intelectual, constituindo-se em palavras de ordem significativa no final do século XIX e início do XX.

A esse respeito Valença (2010, p.125) explicita que para construir um estado moderno era necessário estabelecer a ordem, administrar racionalmente o tempo escolar, gerir atividade produtiva, disciplinar, organizar o espaço escolar e instruir o trabalho pedagógico. Nessa interseção, tornar a escola como uma instituição modeladora da sociedade foi o empreendimento dos intelectuais desse período.

No Brasil remetem ao final do século XIX os registros que dão conta do entusiasmado discurso assumido por alguns intelectuais da Educação defensores da nova ordem republicana, que propuseram a bandeira da Pedagogia Moderna como alternativa possível à solução dos problemas educacionais brasileiro.

Grupo de intelectuais incorporou o discurso da Escola Nova, sem descaracterizar os elementos legados pela chamada Pedagogia Moderna. Não é objeto desse texto discutir as convergências e divergências existentes entre a Pedagogia Moderna e a Escola Nova. Entretanto, é conveniente incitar a relação entre essas correntes, isto porque, ambas ressaltam a incorporação do discurso reformista passou pela forte mediação das viagens que alguns intelectuais fizeram principalmente a São Paulo e ao Rio de Janeiro e do diálogo permanente com os reformadores baianos.

É pensando nesse contexto que o estudo faz relação com as ideias difundidas por Rui Barbosa, um intelectual baiano que vem defender a difusão dos ideais da Pedagogia Moderna no Brasil objetivando a luta pela reformulação dos métodos de ensino e dos novos princípios teóricos e práticos no sistema educacional.

A princípio, Rui Barbosa (1849-1923) formou-se em Direito, pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1870. Exerceu diversas atividades profissionais ao longo de sua carreira, sendo advogado, político, parlamentar, jurista, jornalista e, também, durante um curto período, professor de um Curso de Alfabetização de Adultos. Foi candidato à presidência da República em 1909 e 1919, contudo não obteve êxito nessas eleições. Ocupou o cargo de vice-presidente do país no Governo de Deodoro da Fonseca entre o período de Dezembro de 1889 à Agosto de 1890.

Como defensor de reformulações que referenciavam a civilização e o progresso do País, Rui Barbosa publicou uma vasta quantidade de obras. Ele escreveu livros, artigos jornalísticos, textos de cunho político e jurídico que consistem em valiosos materiais à história do país e à historiografia da educação brasileira. Cabe destacar a importância atribuída às contribuições de Rui Barbosa à escrita da Primeira Constituição Republicana do Brasil (1891) tendo sido o autor um dos maiores articulistas desse texto constitucional.

Segundo Santos (2010) Rui Barbosa enxergou a educação como um elemento indispensável ao progresso da sociedade brasileira. Discutiu o tema em diversas conferências realizadas no parlamento e em suas campanhas políticas, pois, considerava a educação um assunto de primeira ordem a ser debatido em conjunto com outras questões sociais, a entendia inserida num processo civilizatório necessário a todas as nações que buscavam desenvolvimento industrial e modernização.

Partindo desse pressuposto, ao realizar uma análise do livro *A pedagogia de Rui Barbosa* veio à lume em 1954, pela Edições Melhoramentos, e reúne texto produzidos por Lourenço Filho entre 1942 e 1952 sobre a temática pedagógica no conjunto da obra do famoso jurista brasileiro. Ele é composto por 5 capítulos. O primeiro, *A pedagogia de Rui*, foi pronunciado como conferência, em 1949, na sede do IHGB, num curso de extensão universitária sobre a vida e obra de Rui Barbosa. O segundo, *À margem dos pareceres sobre o ensino*, também foi uma conferência, agora pronunciada na Casa de Rui Barbosa, a convite da Sociedade Brasileira de Educação como parte das comemorações pelo lançamento do primeiro volume das obras completas de Rui Barbosa. O terceiro capítulo, *Rui e as “Lições de coisas”*, foi texto escrito como prefácio para a reedição das “Lições de Coisas”, volume XIII, tomo I das referidas obras completas, em 194?. Os dois últimos capítulos – Roteiro para estudo da obra

pedagógica de Rui e Ementário pedagógico de Rui – parecem ter sido escritos especialmente para o livro.

Para compreender a disseminação da pedagogia moderna no Brasil este estudo fará uma análise do terceiro capítulo e relacionar a concepção pedagógica da obra Lições de Coisas traduzido por Rui Barbosa informando o conteúdo desta obra como constituidora da defesa em prol da reforma do ensino público primário bem como refletir sobre as propostas de Rui Barbosa.

Já no prefácio “A pedagogia de Rui Barbosa”, Lourenço Filho mobilizava o leitor para o entendimento da forma como a obra pedagógica de Rui Barbosa seria lida por ele:

“Reformador Social, a um tempo homem de pensamento e de ação, movia-se ele num mundo em que estavam presentes todas as idéias – as de filosofia e as de ciências, as de arte e as de técnicas sociais – parassem na ordem abstrata, buscando a harmonia de um sistema, ou atendessem a razões de ordem prática, como resposta a solicitações de sua intensa vida de homem de partido, parlamentar, advogado e jornalista. (LOURENÇO FILHO, 1954, p.11).

Assim, o texto de Lourenço Filho busca postar a produção de Rui Barbosa no rol daquelas que, na segunda metade do século XIX, buscam mobilizar os conhecimentos e experiências produzidas nas mais diversas áreas do saber e nas mais diversas realidades para propor soluções dos problemas educacionais diagnosticados. Ou seja, de forma contundente ele reafirma continuamente a relação entre ideias e realidade social na obra de Rui Barbosa.

Em meio ao atraso em que considerava estar o País em relação aos desenvolvidos industrialmente, Rui pensava que uma outra subjetivação seria produzida se substituíssemos o automatismo dos métodos tradicionais pelo método intuitivo. Por meio dele, os indivíduos não seriam autômatos, repetidores de fórmulas cuja compreensão permanecia obscura, mas desenvolveriam o raciocínio lógico frente à experiência sensível do mesmo modo como na abordagem científica da natureza. Conforme Lourenço Filho (1954) vê-se que a concepção positivista está também por trás do pensamento de Rui, já que a elevação do método científico como modelo das relações sociais aliada à fé no progresso do homem sobre o domínio dos elementos naturais se põem como pressuposto de sua reflexão sobre a educação. “Haveis de educar o menino, como a natureza educou o gênero humano”.

O método intuitivo foi visto como um instrumento capaz de reverter a ineficiência de um ensino escolar, caracterizado como insatisfatório por priorizar uma aprendizagem baseada na memorização e na abstração, formando alunos que não dominavam a leitura e a escrita. Portanto, foi uma ferramenta importante para o projeto de civilidade da sociedade no início do século XX.

O objetivo era, aliando observação e trabalho, a escola preparava as crianças para a sociedade industrial por meio da realização de atividades concretas similares às que viriam a exercer na vida adulta como reprodução de formas geométricas do cotidiano das crianças. Por intermédio do exercício da percepção, análise, abstração, comparação, generalização e síntese, o método intuitivo conduzia ao trabalho através do raciocínio. O método intuitivo foi, portanto, parte de um projeto de modernidade e trouxe uma concepção utilitária da ciência. Através de regulamentos minuciosos, novos métodos de ensino e a ação do poder disciplinar, professores e alunos foram, preparados para ingressar na lógica de funcionamento da escola primária republicana.

Ao tornar como princípio ativo o conhecimento, o método funcionava como mecanismo de transposição didática no qual a escolha e seleção dos conteúdos geravam a compreensão do campo do saber. As noções determinadas pelo método apenas direcionavam a apropriação do conhecimento abordado, mas não o determinam. O método intuitivo oferecia estratégias para assessorar o professor na aplicação dos conteúdos. Descobrir modelos, experimentar, sentir, formular questões, apresentar dados novos, inserir esses dados no contexto que já é conhecido para o aluno eram preceitos norteadores do modo de ensinar definido pelo método intuitivo. (VALENÇA, 2011, p. 182)

Através do método de ensino era possível identificar dados de demarcavam a profissão docente, revelavam ainda quais eram os principais valores e normas consideradas imprescindíveis para a formação humana, como determinado conteúdo era ensinado ou mesmo priorizado e quais teorias davam suporte ao entendimento de como funcionava o processo cognitivo do aluno.

As lições de coisas ou método intuitivo eram apontados por diversos personagens da história da educação como a grande novidade pedagógica da segunda metade do século XIX. Este é caracterizado pelo uso da observação e da intuição, seus defensores e dentre eles Rui Barbosa divulgou com acuidade a funcionalidade deste método, ressaltando que através da observação das coisas, dos objetos, da natureza, dos

fenômenos e dos acontecimentos, as crianças poderiam sistematicamente desenvolver sentidos e noções a respeito de um determinado tema apresentado pelo professor.

De acordo Valdemarin (2000), esse método consistia na aplicação de dispositivos que despertassem no aluno o interesse, atenção, a observação para estimular determinado entendimento sobre o objeto ou fato explanado.

A condição imprescindível para a aprendizagem era o cuidado em aplicar uma observação minuciosa e organizada de modo a direcionar o raciocínio do aluno. Na direção desse método, o professor estaria encarregado de criar condições para que o aluno possa ver, observar e sentir os objetos. Com este método o professor poderia utilizar-se de objetos presentes em sua sala de aula, levar objetos e gravuras, ou mesmo realizar excursões as áreas adjacentes da escola.

Logo, a partir destas incursões o método intuitivo ganhou notoriedade principalmente com a tradução da obra *Lições de Coisas para português* por Rui Barbosa. O modo de aprender centrado na visibilidade, na imitabilidade e na experimentação, característica fundamentada na obra *Lições de Coisas*, esta obra tornou-se um dispositivo para a institucionalização do sistema modelar de ensino.

Com o objetivo de construir o novo sistema de ensino sugerido pelas reformas paulistas e pelos princípios que norteavam as propostas pedagógicas de modernização educacional, o método foi um dos aspectos priorizados para a implantação desse modo de educação, valendo-se da interpretação de que a difusão de um novo modo de instruir e aprender insurgiria numa variação da qualidade do ensino ate então ministrado. VALENÇA, 2011, p. 185)

Uma reforma na área do ensino público, era na visão de Rui Barbosa, uma necessidade urgente no final do século XIX, a sociedade passava por significativas transformações, tornando-se a educação um elemento importante na definição de novos rumos. “Quanto à reforma da instrução pública, para mim para nós, democratas, é o germe e a seiva, a base e o fastígio, o alfa e o ômega, o princípio e o fim de tudo.” (BARBOSA, IX, II, p. 41)

A Reforma no ensino era a primeira de muitas mudanças que deveria ocorrer para o desenvolvimento social, ela proporcionaria efeitos positivos à economia do país, uma vez que os indivíduos instruídos poderiam ter ações efetivas conscientes na sociedade, “preparados” contribuíram para com a organização e desenvolvimento das indústrias, em colaboração à produção de produtos nacionais para o consumo interno da

população e para exportação a outras nações, na geração da economia nacional e mundial, condição favorável, na visão de Rui Barbosa, à elevação do Brasil aos grupos dos países mais industrializados da época.

A educação no século XIX foi, sobretudo, privilégio de poucos. Rui Barbosa destacou, naquele momento, a necessidade da expansão do ensino público, tornando-se necessário que fossem construídos novos prédios escolares. Estes deveriam ser equipados com bons materiais educativos e competentes profissionais do ensino, para a educação de todos os indivíduos independente de suas condições econômicas. (SANTOS, 2010).

Acreditava que o Estado devia fundar escolas suficientes e obrigar os pais a matricularem os filhos (MACHADO, 2002), pois, muitos não compreendiam ainda a necessidade da instrução na formação social das crianças, era grande no momento a quantidade de pessoas analfabetas, e segundo o autor isto dificultava os indivíduos reconhecerem a ação benéfica da educação à formação para a vida.

Rui Barbosa criticou os métodos de ensino existentes, entendendo-os como empecilhos na formação dos alunos, por se caracterizarem como métodos mecânicos que apenas tornava os alunos hábeis decoradores no desenvolvimento de um uma memória “servilizada” a conceitos impostos que, também, em sua concepção não condiziam com preceitos científicos que os indivíduos verdadeiramente deveriam aprender.

“Primeiras Lições de Coisas” consistia, em um manual de ensino elementar destinado à utilidade de professores e pais na educação das crianças. Foi uma obra aprovada, por unanimidade, pelo Conselho Superior da Instrução Pública da Bahia e pelo Conselho Diretor da Corte, sendo adotada pelo Governo Imperial para o uso dos educadores nas escolas primárias.

Essa obra veio atender a área educacional brasileira no momento, que se encontrava tomada por ares de renovação. Esse manual já estava sendo discutida em muitos países como uma significativa obra a ser aderida pelos educadores; a ideia de se traduzir a obra em diversas línguas foi vista como indispensável, sendo necessário propagar o conhecimento sobre método intuitivo à diversas localidades.

O manual de Calkins foi apresentado na Exposição Universal da Filadélfia, realizada em 1876, recomendado por Ferdinand E. Buisson, em seu relatório ao governo francês como a melhor coleção de lições

de coisas já elaborada, motivando numerosas traduções, além da língua portuguesa, destacando-se uma versão japonesa em 1877 duas versões para o espanhol em 1872 e 1879. (VALDEMARIN, 2004, p.118 grifo nosso).

No Brasil, pregavam-se mudanças no ensino de modo a atender as reformas almeçadas pelo governo pelo Decreto nº. 7.247 de 1879. Este regulamento estabeleceu oficialmente pela primeira vez no ensino primário do país as “noções de coisas”, mas é importante frisar que antes deste momento já se percebia nas discussões de alguns intelectuais o assunto “método intuitivo”, debatiam-se questões relacionadas à educação na proposta de mudanças no ensino e renovação educacional.

O método foi um dos principais elementos da renovação educacional proposta por tais intelectuais sendo debatido em projetos de reforma, em pareceres, em conferências pedagógicas e experiências educacionais vinculadas a ações governamentais e particulares na tentativa de modificarem a realidade da nação pela educação.

Rui Barbosa recorria ao método intuitivo como o ideal a substituir os métodos de ensino existentes no momento, informava que mudanças nos métodos utilizados por educadores ocorriam em todo o mundo. Citava que diversos países estavam por descartar métodos concebidos como tradicionais na implantação de uma nova metodologia que valorizasse o indivíduo em seu processo de aprendizagem bem como a formação reflexiva do aluno e não somente o desenvolvimento de sua habilidade de memória.

Esses métodos empecivos e funestissimos incorrem hoje na mais geral condenação; e a experiência dos países modelos indigita as *lições de coisas*, o ensino pelo *aspecto*, pela *realidade*, pela *intuição*, pelo exercício reflexivo dos sentidos, pelo cultivo complexo das faculdades de observação, como o destinado a suceder triunfantemente aos processos *verbalistas*, ao absurdo formalismo da escola antiga. (BARBOSA, 1886, p. VII, grifos do autor)

Ele se posicionou a favor do Decreto de Leôncio de Carvalho que propôs a adoção das lições de coisas nas escolas, divergindo apenas em um aspecto: quanto à idéia de implantação das lições de coisas como disciplina. O Decreto previa em seu artigo 4º, que o ensino nas escolas primárias do 1º grau do município da Corte constaria das disciplinas: noções de coisas, instrução moral, instrução religiosa, noções essenciais de gramática, leitura, escrita, princípios elementares de aritmética, sistema legal de



pesos e medidas, noções de história e geografia do Brasil, elementos de desenho linear, rudimentos de músicas, com exercício de solfejo e canto, ginástica e costura simples para as meninas (CARVALHO, 1942, p. 276). Rui Barbosa acreditava que as lições de coisas deveria ser tomada como método de ensino e não como disciplina.

Bem procedeu, portanto, o decreto de 19 de abril, introduzindo na escola popular as lições de coisas.

Desacertou, porem, indigitando-as como capítulo singular, distinto, independente entre as matérias do programa. Nada contribuiria mais para inutilizar de todo essa inovação, para a levar a uma degenerescência imediata, do que uma especialização tal, que parte da compreensão imperfeita da natureza deste ensino. *A lição de coisas* não é um *assunto especial* no plano de estudos: *é um método* de estudo; não se circunscribe a uma secção do programa: *abrange o programa inteiro*; não ocupa, na classe, um lugar separado, como a leitura, a geografia, o cálculo, ou as ciências naturais: *é o processo geral*, a que se devem subordinar todas as disciplinas professadas na instrução elementar. No pensamento do substitutivo, pois, a lição de coisas não se inscreve no programa; porque constitue o espírito dele; não tem lugar exclusivo no horário: preceitua-se para o ensino de *todas as matérias*, como o *método comum, adaptável e necessário a todas*. (BARBOSA, 1981, v. X, t. II, p. 214-215, grifos do autor)

As Lições de Coisas foi enfatizada por Rui Barbosa como o método apropriado ao ensino dos conteúdos escolares, sendo um conjunto de assuntos indispensáveis ao conhecimento do educador para o exercício da profissão docente. Rui Barbosa afirmava que as “lições de coisas” não devia ser concebida como disciplina específica, tratava-se de um significativo fundamento teórico - metodológico no ensino de todas as disciplinas nas diversas áreas do conhecimento. As lições de coisas, portanto, deveria perpassar por todas as disciplinas, por todos os conteúdos, sobretudo, na transmissão dos conteúdos científicos úteis à vida do indivíduo para sociedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na tentativa de entender a disseminação da Pedagogia Moderna foi possível vê-la como um movimento renovador das práticas pedagógicas. Caracterizada pela centralização dos processos educativos na criança, pela adequação dos métodos de ensino e aprendizagem a capacidade cognitiva do aluno e pelo aprimoramento das instalações escolares.

Sendo assim, obra *Lições de Coisas*, traduzida no Brasil por Rui Barbosa enfatiza que o método de ensino orientava acerca dos anseios humanos de “curiosidade” de aprender. E que os métodos existentes até então consistiam em métodos repetitivos, que apresentava um ensino mecânico de conteúdos, não contribuindo na formação reflexiva do indivíduo. Segundo Rui Barbosa, era preciso considerar que ao nascer a criança possuía a habilidade e a capacidade de aprender, a curiosidade era, portanto, algo natural que deveria ser estimulada em benefício ao desenvolvimento da capacidade assimilatória da criança, indivíduo sempre em disposição a assimilar informações novas adicionando-as às conceitos que já possuíam. O educador devia, portanto, “aproveitar” a pré-disposição da criança em aprender, tornar proveitoso o momento de aprendizagem da criança em relação ao conhecimento de assuntos novos, estimulando-a a apreender conteúdos úteis à vida em sociedade oportunizando o contato com conhecimentos científicos.

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia de Letras, 2008.

CALKINS, Norman A. **Lições de Coisas** (trad. Rui Barbosa). Rio de Janeiro: imprensa Nacional, 1886.

CARVALHO, Carlos Leôncio de. Decreto nº 7247 de 19 de Abril de 1879. In: BARBOSA, Rui. **Reforma do ensino secundário e superior**. vol. IX Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1942. p. 273-303.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *A escola e a República*. São Paulo: Brasiliense. Coleção Tudo é História, n. 127. 1989.

\_\_\_\_\_. *Molde Nacional e Fôrma Cívica*.Bragança Paulista EDUSFE, 1998.

FILHO, Lourenço. **A pedagogia de Rui Barbosa**. São Paulo: Melhoramentos, 1954.

HERSCHMANN, Micael M.; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. O imaginário moderno no Brasil. In: **A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30**. Rio de Janeiro:Rocco, 1994.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. **Rui Barbosa: Pensamento e ação: uma análise do projeto modernizador para a sociedade brasileira com base na questão educacional**.

Campinas, SP: Autores Associados; Rio de Janeiro, RJ: fundação Casa de Rui Barbosa, 2002.

NASCIMENTO, Jorge C; FREITAS, Anamaria G. B. de F. Viagens, associações e inspeção: a Escola Nova em Sergipe. In: VIDAL, Diana Gonçalves; ARAÚJO, José Carlos S.; BLANCK MIGUEL, Maria Elisabeth (org.). **Reformas Educacionais: As manifestações da Escola Nova no Brasil (1920-1946)**. Campinas: Autores Associados, 2011. p. 83-98.

PENTEADO, José de Arruda. **A consciência didática no pensamento pedagógico de Rui Barbosa**. São Paulo: Ed. Nacional; [Brasília]: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1984.

SANTOS, Fábio Alves dos. **Rui Barbosa, educação e política: um discurso pedagógico no Brasil oitocentista (1880-1885)**. São Cristóvão: editora UFS, 2010.

VALDEMARIN, Vera Teresa. **Lições de Coisas: Concepção científica e projeto modernizador para a sociedade**. Cadernos Cedes, ano XX, nº 52, novembro/2000a, p. 74-87.

\_\_\_\_\_. Os sentidos e a experiência: professores, alunos e métodos. In: SAVIANI, Dermerval; ALMEIDA, J. S.; SOUZA, Rosa F.; VALDEMARIM, V. T. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 164 -203.